

ESCREVER NA PELE, APRENDER NA REDE: AUTOLESÃO, CULTURA DIGITAL E PEDAGOGIAS DA VIOLÊNCIA

Anderson Barcelos Martins¹

Andresa Silva da Costa Mutz²

Resumo: O artigo analisa as enunciações de autolesão não suicida em postagens na rede social X, entre março de 2019 e março de 2022, investigando os modos de dizer, mostrar e significar essa prática no ambiente digital. Ancorado nos Estudos Culturais em Educação e na análise do discurso de inspiração foucaultiana, examina as condições de possibilidade que sustentam sua circulação e legitimação. Os resultados indicam que as redes operam como espaços de aprendizagem, nos quais imagens, narrativas e interações configuram pedagogias culturais. O sangue emerge como elemento estético central, articulando visibilidade, engajamento e produção de sentido, em um regime no qual a violência se torna linguagem e prática compartilhada.

Palavras-chave: Autolesão não suicida; Cultura digital; Pedagogias culturais; Corpo; Violência.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9982-2031> E-mail: andersonbarcelosmartins@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6869-370X> E-mail: andresa.mutz@ufrgs.br

WRITING ON THE SKIN, LEARNING IN NETWORKS: SELF-HARM, DIGITAL CULTURE, AND PEDAGOGIES OF VIOLENCE

Abstract: This article analyzes enunciations of non-suicidal self-injury in posts on the social network X between March 2019 and March 2022, examining the ways this practice is expressed, displayed, and signified in digital environments. Grounded in Cultural Studies in Education and Foucauldian discourse analysis, it investigates the conditions that enable its circulation and legitimation. Findings indicate that social networks function as learning spaces where images, narratives, and interactions configure cultural pedagogies. Blood emerges as a central aesthetic element, articulating visibility, engagement, and meaning production within a regime in which violence becomes language and a shared practice.

Keywords: Non-suicidal self-injury; Digital culture; Cultural pedagogies; Body; Violence.

INTRODUÇÃO

Pensar a autolesão não suicida na contemporaneidade exige, antes de tudo, um deslocamento analítico que a retire do enquadramento estritamente clínico ou psicologizante e a inscreva em um campo mais amplo de produção de sentidos, práticas culturais e regimes de visibilidade. Neste artigo, a autolesão emerge como prática situada em redes de significação, atravessada por discursos, tecnologias e modos específicos de subjetivação. Por essa razão, interessa mais entender “como” tal prática se torna possível, inteligível e, em certos contextos, reiterável, especialmente por meio da análise das coisas ditas sobre ela, do que perguntar apenas “por que” os sujeitos se autolesionam. Nesse horizonte, tomamos a cultura digital como condição de possibilidade para a emergência, circulação e legitimação de determinadas práticas de violência autoinfligida.

Para compreender a complexidade do fenômeno, torna-se necessário recorrer, ainda que de modo crítico, aos

saberes clínicos que, na contemporaneidade, se consolidam como instância privilegiada de legitimação discursiva sobre o corpo. Trata-se de um campo de saber-poder que não apenas descreve práticas, mas as classifica, nomeia e as inscreve em regimes de verdade que organizam sua inteligibilidade social. Nessa direção, a clínica opera como dispositivo que participa ativamente da produção dos próprios objetos que pretende descrever. A autolesão é frequentemente apreendida a partir de categorias diagnósticas que buscam circunscrever suas manifestações (Martins, 2023)

Conforme a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10 (OMS, 2008), a autolesão compreende atos intencionais, repetitivos e estereotipados que envolvem uma ampla gama de práticas, tais como arranhar ou escavar a própria pele, interferir nos processos de cicatrização, bater a cabeça, puxar os cabelos, esbofetear a face, inserir objetos em cavidades corporais, realizar cortes, queimaduras ou mordeduras, entre outras formas de violência física (Giusti, 2013). Essa descrição, embora relevante do ponto de vista classificatório, tende a operar por fechamento, reduzindo a multiplicidade das experiências a tipologias estabilizadas. Importa destacar que tais práticas, no enquadramento clínico, não estão necessariamente associadas à ideação de morte, o que tensiona leituras simplificadoras que tendem a reduzir a autolesão a uma forma de tentativa de suicídio.

De uma perspectiva foucaultiana, ao permitir problematizar as enunciações que sustentam tais classificações, desloca o foco da essência do fenômeno para as condições de sua emergência, permitindo compreender a autolesão como efeito de práticas discursivas historicamente situadas.

Não se trata de saber qual é o poder que pesa do exterior sobre a ciência, mas de saber quais

são os efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos; quais são os regimes de verdade que eles produzem; como esses regimes funcionam e quais são seus efeitos. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que, se luta; o poder do qual queremos nos apoderar. (Foucault, 2014, p. 10-11)

O *corpus* do estudo apresentado foi composto por postagens públicas coletadas na plataforma X, o antigo Twitter, no período de março de 2019 a março de 2022. A identificação dos perfis ocorreu por meio da busca por hashtags como *cutting*, automutilação, autolesão e *self-harm*, utilizadas como indexadores que possibilitam a localização de conteúdos relacionados à prática de autolesão não suicida. A partir dessa busca inicial, foram mapeados vinte perfis, dos quais cinco permaneceram ativos ao longo do período de acompanhamento e passaram a compor o *corpus* final da pesquisa. A seleção considerou como critério principal a produtividade dos perfis, sendo incluídos aqueles que apresentavam volume significativo de publicações (superior a cinquenta postagens) contendo imagens e/ou vídeos relacionados às práticas autolesivas.

O material empírico esteve constituído por mais de duzentas postagens, registradas por meio de capturas de tela, em função da instabilidade do campo investigado, marcado pela exclusão frequente de conteúdos por parte dos próprios usuários. As postagens foram armazenadas em ambiente digital e, quando utilizadas no artigo, passaram por tratamento de imagem com vistas à preservação do anonimato dos perfis, os quais foram identificados por meio de codificação numérica (de @perfil01 a @perfil05).

A análise concentrou-se nas postagens, sendo os comentários considerados apenas como material

complementar de contextualização. A coleta restringiu-se a conteúdos de acesso público, disponíveis nos perfis dos usuários, não havendo qualquer tipo de interação, intervenção ou estímulo por parte do pesquisador. Esta etapa analítica foi conduzida a partir da perspectiva foucaultiana da análise do discurso, compreendendo os enunciados como práticas que produzem saberes, subjetividades e regimes de verdade, em articulação com os Estudos Culturais em Educação.

Atentou-se, durante tal análise, para os regimes discursivos que organizam essas enunciações e buscou-se problematizar—os efeitos de verdade que produzem, deslocando o olhar do conteúdo manifesto para as condições de produção do discurso, atentando especialmente para as regularidades, as repetições e os silêncios que o atravessam. Essa compreensão encontra ressonância nos Estudos Culturais, especialmente na formulação de Stuart Hall (1997), ao conceber a cultura como processo de produção de significados. Os fenômenos sociais, nessa chave, deixam de ser entendidos como dados naturais e passam a ser reconhecidos como construções simbólicas, atravessadas por disputas e relações de poder. Assim, práticas como a autolesão não possuem sentido fixo, mas são continuamente significadas e ressignificadas em contextos históricos e culturais específicos

O texto aqui apresentado resulta de uma pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), intitulada *Pensar a autolesão não suicida na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação: lições sobre o corpo no tempo*. A investigação teve como objetivo descrever e analisar a presença dessas enunciações em postagens online, evidenciando elementos como a indexação algorítmica dos conteúdos, o contágio emocional entre usuários e o papel do sangue como elemento de engajamento.

As redes sociais digitais configuram-se, nesse contexto, como espaços privilegiados da sociabilidade contemporânea,

nos quais sujeitos produzem, compartilham e negociam sentidos sobre si e sobre o mundo. Como observa Paula Sibilia (2016), a contemporaneidade é marcada pela exteriorização da subjetividade, em que a visibilidade deixa de ser uma possibilidade e se torna uma exigência.

Os dados empíricos indicaram que esses ambientes operam não apenas como espaços de interação, mas como verdadeiros dispositivos de aprendizagem (Martins, 2023). Neles, sujeitos que se autolesionam compartilham experiências, constroem linguagens próprias e estabelecem formas de reconhecimento mútuo. Nesse processo, produzem-se saberes, normas e práticas que frequentemente escapam às instituições tradicionais. As postagens assumem, assim, a função de pedagogias culturais, ensinando técnicas, nomeando experiências e, em certos casos, incentivando sua repetição.

Nessa direção, compreende-se que os artefatos midiáticos informam, mas também educam, na medida em que produzem modos de ver, sentir e agir. As enunciações de autolesão, portanto, não podem ser reduzidas a relatos individuais, mas devem ser compreendidas como parte de um campo discursivo mais amplo, no qual se fabricam significados, valores e formas de subjetividade.

Ao tensionar esse campo, o artigo propõe compreender a autolesão não suicida como prática contemporânea de inscrição corporal, atravessada por dinâmicas culturais, tecnológicas e políticas. O corpo, nesse contexto, é entendido como superfície de inscrição, na qual se materializam experiências, afetos e conflitos. Em situações em que a linguagem se mostra insuficiente, a dor pode operar como forma de expressão, deslocando para o corpo aquilo que não encontra lugar na palavra.

Nesse horizonte, o sangue emerge como vestígio da dor, mas também como elemento central de uma estética da violência que se articula às lógicas de visibilidade das redes

digitais. Sua presença intensifica o impacto das imagens e potencializa sua circulação, funcionando como marcador de autenticidade e intensidade. Mais do que representar sofrimento, o sangue passa a operar como signo, linguagem e dispositivo de reconhecimento.

Ao articular esses elementos, este artigo busca contribuir para o campo dos Estudos Culturais em Educação, oferecendo uma leitura que reconhece a complexidade das práticas contemporâneas de autolesão e suas imbricações com a cultura digital. O artigo está organizado em três seções. Na primeira, discute-se a autolesão não suicida como prática cultural e pedagógica no contexto das redes digitais. Na segunda, analisam-se as materialidades empíricas, com ênfase na centralidade do sangue e na constituição de uma estética da violência. Por fim, são problematizadas as implicações éticas da pesquisa e as articulações entre visibilidade, subjetividade e pedagogias da violência.

AUTOLESÃO, DOR, ALGORITMOS: A CENA DIGITAL DA INSCRIÇÃO CORPORAL

Ao abraçar a ideia de que todos podem ser agentes na transmissão do conhecimento, ampliam-se as possibilidades pedagógicas, proporcionando uma multiplicidade de perspectivas, experiências e vozes. Uma transformação que altera também o conteúdo e os dispositivos pedagógicos. Jorge Larrosa (2011) considera como dispositivo pedagógico “qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo.” (Larrosa, 2011, p. 20).

[...] a pedagogia, por seu caráter constitutivo, tem sido uma das tecnologias mais produtivas na regulação de sujeitos. Entendida como uma

prática cultural cujos objetivos voltam-se para a modificação dos modos de ser sujeito, não pode ser considerada como um espaço neutro ou de simples mediação. Ela é um espaço de construção e atua produzindo formas de experiência de si nas quais os indivíduos podem se tornar sujeitos de um modo particular (Larrosa, 2011 p. 57).

A variedade de artefatos culturais possui a capacidade intrínseca de atuar como dispositivos pedagógicos. Rosa Bueno Fischer (2002) avança em sua argumentação, enfatizando a mídia como componente integral de um processo pedagógico. Este processo opera por meio de signos, que corroboram na “constituição de sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem” (Fischer, 2002, p. 153).

A análise proposta por Fischer (2002) destaca a mídia como um veículo de informação, mas principalmente, como nos interessa neste artigo, como um agente ativo no processo de formação de identidades e na construção de perspectivas individuais. Ao reconhecer a capacidade dos signos midiáticos de influenciar a compreensão e a interpretação, Fischer (2002) destaca a importância crítica de examinar como a mídia contribui para a moldagem de subjetividades dentro do panorama cultural.

Reconhecer e considerar a função pedagógica inerente à cultura implica em analisar os diversos artefatos culturais como sendo "pedagogias culturais". O nascimento do conceito de pedagogias culturais se deu na década de 1990, representando um esforço para articular os domínios da Educação e dos Estudos Culturais, mobilizado por pesquisadoras como Paula Andrade e Marisa Vorraber Costa (Andrade; Costa, 2017), fundamentado nas contribuições de

teóricos renomados como Henry Giroux, Shirley Steinberg, Joe Kincheloe e Elisabeth Ellsworth. Estes autores formularam uma série de estudos fundamentando as pedagogias culturais, advogando pela necessidade de analisar as práticas pedagógicas em diversos contextos sociais e culturais, transcendendo os limites tradicionais dos ambientes escolares.

Se a cultura opera pedagogicamente na produção de sujeitos e o corpo se constitui como superfície privilegiada dessa inscrição, é no campo da autolesão não suicida que essa articulação atinge um grau de intensidade singular. A prática da violência autoinfligida não emerge apenas como prática individual, tampouco como sintoma isolado, mas como um acontecimento que se organiza na interseção entre corpo, linguagem, dor e visibilidade. Trata-se de um fenômeno que, ao se deslocar para o ambiente digital, não apenas se expande, mas se transforma, adquirindo novas camadas de significação e novas condições de possibilidade.

A pele, enquanto instância visível do corpo, se constitui como campo de inscrição, como superfície na qual se torna possível escrever, marcar e tornar visível aquilo que, muitas vezes, escapa à linguagem verbal. Nesse sentido, a prática da autolesão pode ser compreendida como uma forma de escrita encarnada, uma grafia que se realiza na carne e que transforma o corpo em texto - o corpo passa a ser utilizado como meio de enunciação.

Quando as palavras falham, o corpo não se cala, ele se desloca. A dor, nesse contexto, assume uma função que ultrapassa o sofrimento, operando como mecanismo de tradução. A inscrição cutânea passa a ser entendida como uma operação de materialização do sofrimento, que permite ao sujeito agir sobre ele. Essa dimensão operatória da dor encontra, no ambiente digital, condições específicas de intensificação. As redes sociais tornam visíveis essas inscrições, e produzem um campo no qual elas podem ser vistas, comentadas, avaliadas e, sobretudo, aprendidas. A autolesão,

ao ser compartilhada, passa a integrar um circuito de circulação de saberes. Nesse circuito, o gesto de cortar não é apenas repetido, mas ensinado.

Foi a partir de tais pressupostos que se tornou possível identificar a constituição de pedagogia cultural. Os comentários que acompanham as imagens de corpos marcados revelam uma dinâmica na qual usuários perguntam, respondem, orientam e avaliam. Perguntas como “*quantas vezes você passa a lâmina?*” não são apenas expressões de curiosidade, mas indicam a presença de um campo de aprendizagem, no qual se compartilham técnicas, intensidades e modos de fazer.

Figura 1– Relatos de pessoas que se cortam: quantas vezes você passa a lâmina?”



Fonte: material empírico da pesquisa (2022)

v. 28 n. 74 p. 116-145 abr./jun. 2026

A cena apresentada na Figura 1 não deve ser lida como um conjunto disperso de comentários, mas como um espaço pedagógico em funcionamento. Os elogios dirigidos aos cortes — “*que lindo*”, “*que mágica você fez*” — operam como validações estéticas, contribuindo para a construção de critérios sobre o que constitui um corte bem-sucedido. Ao mesmo tempo, as respostas às perguntas funcionam como instruções, ensinando procedimentos e estabelecendo parâmetros. A autolesão, nesse contexto, ensina.

Essa dimensão pedagógica é intensificada pela lógica algorítmica que organiza a circulação dos conteúdos. As plataformas digitais operam por meio de sistemas de recomendação que selecionam e distribuem conteúdos com base em padrões de interação. O que é mais visualizado, curtido ou comentado tende a ser mais exibido, produzindo um efeito de repetição. Essa repetição não é neutra: ela estabiliza práticas, legitima discursos e contribui para a formação de normas.

Nesse sentido, a chamada “bolha informacional” não deve ser compreendida apenas como limitação de acesso à diversidade de conteúdos, mas como mecanismo de intensificação de determinados circuitos discursivos. Usuários que interagem com conteúdos relacionados à autolesão passam a ser expostos a um volume crescente de materiais semelhantes, criando um ambiente no qual essa prática se torna cada vez mais presente, familiar e, em alguns casos, naturalizada.

Essa dinâmica produz um efeito de imersão, no qual os sujeitos, mas passam a habitar um universo simbólico específico. A um campo de experiência compartilhado, no qual se produzem identificações, pertencimentos e formas de reconhecimento mútuo. Os instrumentos utilizados na prática da autolesão assumem, nesse cenário, uma função que ultrapassa sua materialidade. A escolha da lâmina, do estilete, da faca ou mesmo de objetos improvisados não é apenas

técnica, mas simbólica. Esses objetos passam a integrar um repertório compartilhado, sendo nomeados, classificados e avaliados pelos usuários.

Figura 2 - Relatos de pessoas que se cortam: garfo ou gilete?



Fonte: material empírico da pesquisa (2022)

Figura 3 - Relatos de pessoas que se cortam: pinça ou faca?

v. 28 n. 74 p. 116-145 abr./jun. 2026



Fonte: material empírico da pesquisa (2022)

Figura 4 - Relatos de pessoas que se cortam: material escolar que fere



Fonte: material empírico da pesquisa (2022)

A sistematização realizada por usuário, classificando os “melhores” e “piores” instrumentos, conforme Figuras 3, 4 e 5,

revela de forma explícita o funcionamento dessa pedagogia cultural. Não se trata apenas de compartilhar experiências, mas de produzir conhecimento. Há uma lógica de avaliação, uma tentativa de padronização, uma construção coletiva de saberes que orientam a prática. O objeto deixa de ser apenas instrumento e passa a ser mediador de uma relação com o corpo.

Entre esses objetos, a lâmina de barbear ocupa um lugar privilegiado. Sua recorrência nas imagens e relatos decorre de sua eficiência técnica, e por sua densidade simbólica. A lâmina se transforma em signo, condensando em si uma série de significados que extrapolam sua função original.

Figura 5 - Relatos de pessoas que se cortam: lâmina, “eu amo dms”



Fonte: material empírico da pesquisa (2022)

Ao ser deslocada de seu uso cotidiano para a função de cortar a pele, a lâmina sofre um processo de resignificação. No universo simbólico, materializado em postagens da rede social, ela atua como mediadora entre o sujeito e seu corpo. A



lâmina corta, mas também conecta. Ela produz a marca, mas também possibilita a inscrição.

Há um cuidado na escolha, uma repetição de gestos, uma construção de familiaridade. A lâmina se torna parte de uma gramática da autolesão, sendo transmitida, ensinada e incorporada pelos sujeitos. Usuários compartilham imagens, relatam experiências, oferecem dicas. Há uma circulação de saberes que não apenas descreve a prática, mas a constitui. A autolesão, nesse contexto, torna-se aprendida, aperfeiçoada e ressignificada coletivamente.

Essa dimensão coletiva não elimina a singularidade da experiência, mas a reinscreve em um campo mais amplo de significação. O sujeito que se autolesiona não está isolado, mas inserido em uma rede de relações que produzem sentidos para sua prática. A dor, a marca, o sangue deixam de ser apenas experiências individuais e passam a integrar uma economia simbólica compartilhada.

Os sujeitos que se autolesionam encontram nas redes sociais uma via de deslocamento frente aos regimes de silenciamento que, no interior das racionalidades biopolíticas, tendem a interditar a enunciação da morte, da dor e de tudo aquilo que escapa à normatividade produtiva da vida. Nesse contexto, aquilo que é expulso dos espaços legitimados de fala retorna, de forma oblíqua, nos interstícios do digital. É nos ciberbastidores da internet que praticantes de autolesão não suicida constituem zonas de acolhimento, reconhecimento e troca, nas quais se torna possível narrar práticas, compartilhar experiências e tornar dizível aquilo que, em outros regimes discursivos, permanece interdito. Como observa Everton de Lima e Silva (2020, p. 56), “eles irão contar sobre suas vivências com a automutilação a outras automutiladoras”, evidenciando que não se trata apenas de exposição, mas da constituição de uma comunidade enunciativa na qual a dor circula, é reconhecida e, sobretudo, ganha inteligibilidade.

A análise dessas práticas evidencia que estamos diante de um fenômeno que não pode ser reduzido a uma dimensão individual ou clínica. A autolesão, ao se articular com a cultura digital, constitui-se como prática pedagógica, estética e política. Ela ensina, produz e organiza modos de existência, revelando a complexidade das relações entre corpo, linguagem e tecnologia na contemporaneidade.

SANGUE, ESTÉTICA E PEDAGOGIAS DA VIOLÊNCIA: VISIBILIDADE, INTENSIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Se, nos blocos anteriores, evidenciou-se que a autolesão não suicida se inscreve como prática pedagógica e cultural, é na centralidade do sangue que essa dinâmica atinge sua expressão mais aguda. O sangue, longe de constituir-se apenas como consequência biológica do corte, emerge como signo privilegiado no regime de visibilidade contemporâneo, operando como marcador de intensidade, autenticidade e reconhecimento. Trata-se de um elemento que não apenas acompanha a prática, mas a qualifica, organizando sua legibilidade e potencializando sua circulação.

A presença do sangue nas imagens que circulam nas redes sociais não é neutra. Ela participa de uma gramática visual específica, na qual a intensidade da marca se torna parâmetro de avaliação. Cortes mais profundos, maior volume de sangue, maior contraste visual: tais elementos passam a compor um conjunto de critérios que orientam a recepção das imagens. Nesse sentido, o sangue funciona como operador semiótico, estruturando uma estética da dor que reorganiza a percepção do corpo e do sofrimento.

Essa gramática visual não se limita à dimensão estética, mas articula-se com processos de reconhecimento e validação. As imagens que exibem sangue tendem a gerar maior engajamento, produzindo comentários, reações e

compartilhamentos. Esse engajamento não apenas amplia a visibilidade das postagens, mas reforça a associação entre intensidade visual e legitimidade da experiência. O sangue, nesse contexto, torna-se evidência, prova, garantia de que algo “real” aconteceu.

Essa lógica de validação pode ser compreendida à luz do que Sibilia (2016) identifica como a centralidade da visibilidade na constituição da subjetividade contemporânea. Em um cenário no qual existir implica aparecer, o corpo precisa ser exposto para ser reconhecido. O sangue, ao intensificar essa exposição, contribui para a produção de um corpo visível, legível e, sobretudo, reconhecível.

No entanto, essa visibilidade não é apenas condição de reconhecimento, mas também de normatização. Ao circular, as imagens de autolesão com sangue produzem padrões, estabelecem expectativas, orientam práticas. O que é visto repetidamente tende a se tornar referência. Nesse processo, o sangue não apenas mostra, ele ensina e se insere em uma estética da violência. Ensina o que é um corte suficiente, o que é considerado intenso, o que merece atenção.

Cada imagem de autolesão que circula não é mera cópia de outra, mas uma variação que intensifica o campo de possibilidades. A repetição das imagens com sangue não apenas reforça a prática, mas a expande, introduzindo novas formas, novas intensidades, novos padrões, numa expansão que ocorre em um ambiente atravessado por dispositivos técnicos que modulam a visibilidade. Os algoritmos das plataformas digitais operam selecionando conteúdos que geram maior engajamento, o que tende a privilegiar imagens mais impactantes. Neste ponto, é preciso destacar: o sangue adquire uma vantagem competitiva. Sua capacidade de produzir choque, curiosidade e reação o torna mais propenso a circular. A lógica algorítmica, ocupada com elementos de engajamento, contribui para a intensificação de determinadas

estéticas, como por exemplo, a da violência, como se tem demonstrado até aqui.

Essa intensificação pode ser compreendida como parte de um regime mais amplo de espetacularização da vida, no qual experiências íntimas são convertidas em conteúdo público. O corpo, nesse contexto, torna-se palco, e a dor, espetáculo. No entanto, é preciso cuidado para não reduzir esse processo a uma simples lógica de exibição. A estetização da dor não implica necessariamente sua banalização, mas indica uma transformação nas formas de significá-la.

A dor, ao ser tornada visível, engajável, para usar um termo desse tipo de comunicação, deixa. Ela se torna linguagem, signo, mensagem. O sangue, nesse sentido, não é apenas apesar de fluido, emerge como texto. Ele escreve no corpo uma narrativa que pode ser lida, interpretada e compartilhada. Trata-se de uma forma de dizer que não se limita à palavra, mas que se inscreve na materialidade da carne.

Essa inscrição não ocorre em um vazio cultural, mas se articula com discursos, imagens e práticas que circulam socialmente. A estética da autolesão não é criada individualmente, mas construída coletivamente, por meio da repetição e da circulação. Os sujeitos aprendem a ver, a interpretar e a produzir essas imagens, internalizando critérios que orientam suas próprias práticas.

A materialidade selecionada para análise neste artigo, permite afirmar que o sangue opera como elemento de diferenciação. Ele permite distinguir entre cortes superficiais e cortes “mais sérios”, entre práticas consideradas leves e intensas. Importa destacar que essa diferenciação não é apenas descritiva, mas valorativa. Ela organiza hierarquias, produz distinções, estabelece posições dentro de um campo simbólico. O sangue, ao tornar visível a intensidade do corte, funciona como critério de mensuração, -ele participa da construção de uma escala, ainda que implícita, de legitimidade da dor.

Surpreende (ou não), no entanto, que essa escala não é fixa, sendo constantemente renegociada nas interações entre usuários. Comentários, reações e respostas contribuem para ajustar os parâmetros, reforçando ou contestando determinadas práticas. Trata-se de um processo coletivo de produção de normas, no qual a pedagogia cultural se transforma em pedagogia da violência.

A noção de pedagogia da violência, tal como mobilizada neste trabalho, não deve ser compreendida como um campo formal de ensino, tampouco como um conjunto intencional de práticas educativas orientadas à transmissão de conteúdos violentos. Trata-se, antes, de um conceito analítico que busca dar conta de um conjunto difuso de processos pelos quais a violência, ao circular em regimes específicos de visibilidade, passa a operar como forma de aprendizagem social. Nessa perspectiva, a violência não apenas ocorre ou é representada, mas ensina, na medida em que produz referências, organiza percepções e disponibiliza repertórios de ação.

Inspirada em uma leitura foucaultiana das relações entre saber, poder e subjetivação, a pedagogia da violência diz respeito aos modos pelos quais determinados gestos, imagens e narrativas se tornam inteligíveis, reconhecíveis e, em certos casos, reiteráveis. No ambiente digital, essa dinâmica é intensificada por dispositivos algorítmicos que modulam a circulação dos conteúdos, privilegiando aquilo que gera engajamento e, conseqüentemente, repetição. Assim, ao serem reiteradas, comentadas e compartilhadas, cenas de dor, autolesão ou ataques não apenas informam, mas constituem um campo pedagógico no qual se aprendem modos de ver, sentir e agir frente à violência. Não se trata de afirmar uma causalidade direta entre exposição e ação, mas de reconhecer que a repetição dessas enunciações contribui para a formação de um horizonte de possibilidades no qual a violência se torna pensável, dizível e, portanto, potencialmente praticável.

A dimensão política desse processo não pode ser ignorada. Ao produzir e circular imagens de corpos marcados, os sujeitos desafiam normas sociais que regulam o que pode ou não ser mostrado. O sangue, nesse contexto, não é apenas signo de dor, mas também de transgressão. Ele rompe com expectativas de assepsia, de controle, de integridade corporal, introduzindo no espaço público aquilo que, tradicionalmente, deveria permanecer oculto.

Essa transgressão, no entanto, não ocorre fora das relações de poder, mas no interior delas. Como nos lembra Michel Foucault (1987), o poder não apenas reprime, mas produz. As práticas de autolesão, ao se tornarem visíveis, não escapam ao poder, mas se inscrevem em seus dispositivos, sendo ao mesmo tempo efeitos e operadores dessas relações.

Nesse sentido, a estetização da dor pode ser compreendida como uma forma de negociação com os regimes de visibilidade contemporâneos. Ao tornar o sofrimento visível, os sujeitos buscam reconhecimento, mas também se expõem a processos de normatização e controle.

Essa ambivalência revela a complexidade das pedagogias da violência que se configuram na cultura digital. A autolesão, ao se articular com a lógica das redes, não apenas ensina práticas, mas produz sensibilidades. Ensina a ver a dor, a interpretá-la, a reagir a ela. A análise do papel do sangue permite, portanto, compreender como a autolesão não suicida se insere em um campo mais amplo de produção de visibilidade e de subjetividade. O sangue constitui-se como eixo central de uma estética que articula corpo, dor e linguagem, revelando as formas pelas quais a violência pode ser aprendida, compartilhada e ressignificada na contemporaneidade.

A autolesão, ao se tornar visível e compartilhável, deixa de operar apenas como experiência subjetiva e passa a integrar uma cadeia de repetições que atravessa diferentes práticas de violência. Essa perspectiva permite compreender que a

circulação de imagens de corpos feridos não se limita a um circuito fechado. Ao contrário, essas imagens atravessam diferentes espaços, conectam-se a outros conteúdos e participam de uma ecologia mais ampla de visibilidades violentas. A dor, ao ser tornada imagem, torna-se também passível de repetição, não apenas no gesto físico, mas na forma como é percebida, interpretada e desejada.

O que se observa nas redes digitais não é uma simples transmissão de comportamentos, mas a circulação de intensidades, de afetos, de modos de relação com o corpo e com a dor. As imagens de autolesão nos afetam, produzem identificação, curiosidade, repulsa, fascínio. E é nesse campo afetivo que se inscreve a possibilidade de repetição.

Não é necessário que alguém ensine explicitamente como se cortar para que a prática se difunda. Basta que existam imagens, narrativas, comentários que tornem essa prática pensável, imaginável, possível. O contágio, nesse sentido, opera como uma pedagogia difusa, que atua não por prescrição, mas por exposição, que encontra nas plataformas digitais um meio privilegiado de expansão. A lógica algorítmica, ao privilegiar conteúdos que geram engajamento, contribui para a amplificação de determinadas imagens e discursos. O que provoca reação tende a circular mais. E, como visto, o sangue, a dor e a intensidade visual possuem alto potencial de engajamento. Assim, cria-se um ambiente no qual a violência não apenas aparece, mas se multiplica.

Essa multiplicação não se restringe à autolesão. Ao contrário, ela se articula com outras formas de violência que também circulam nas redes: agressões, humilhações, ataques, massacres. Não se trata de afirmar uma causalidade direta entre essas práticas, mas de reconhecer que elas compartilham um mesmo regime de visibilidade e uma mesma lógica de circulação.

Essa disponibilidade da violência como linguagem pode ser articulada com as reflexões sobre a produção de

inteligibilidade dos corpos. Para Butler (2018; 2019), nem todos os corpos são igualmente reconhecíveis ou dignos de luto. No contexto das redes digitais, pode-se observar um processo semelhante: nem todas as formas de dor são igualmente visíveis ou valorizadas. Aquelas que conseguem se inscrever em determinados códigos visuais, intensidade, dramaticidade, impacto, tendem a ganhar maior reconhecimento.

Essa seletividade da visibilidade contribui para a formação de uma estética da violência que orienta práticas e percepções. A dor que aparece é a dor que conta. E, ao contar, ela ensina. Ensina não apenas como sofrer, mas como mostrar o sofrimento. Nesse sentido, a autolesão pode ser compreendida como uma das formas pelas quais os sujeitos aprendem a inscrever a dor em um regime de visibilidade que a torna reconhecível.

Essa aprendizagem não ocorre de forma consciente ou deliberada, ela se dá por imersão, por exposição reiterada a imagens e discursos que organizam o campo do possível. Ao ver repetidamente determinados tipos de imagens, os sujeitos internalizam padrões que orientam suas próprias práticas. Trata-se de um processo de subjetivação que opera na interface entre cultura, tecnologia e corpo.

Não se trata de uma pedagogia institucional, com currículo e objetivos definidos, mas de um conjunto de práticas dispersas que ensinam modos de relação com a violência. Essas práticas não apenas transmitem técnicas, mas produzem sensibilidades, afetos, modos de percepção. Ensinar a violência, nesse contexto, é ensinar a vê-la, a senti-la, a significá-la.

Neste artigo, desejou-se chamar a atenção para o fato de essas imagens circularem de forma massiva indica que elas participam da constituição de um ambiente cultural no qual a violência é presença constante. Essa presença não pode ser ignorada, pois ela molda o modo como os sujeitos compreendem o mundo e a si mesmos. Ensinam sobre o que



é possível, sobre o que pode ser feito, sobre como a violência pode se manifestar em sua mais cruenta.

A repetição desses eventos na mídia e nas redes sociais contribui para a formação de um repertório que pode ser mobilizado por diferentes sujeitos. Trata-se de uma pedagogia que não se apresenta como tal, mas que opera de forma potente na produção de imaginários. Assim, a articulação entre autolesão, estética da dor, circulação algorítmica e eventos trágicos permite compreender que estamos diante de um campo complexo, no qual a violência é simultaneamente experiência, linguagem e pedagogia da violência. A autolesão não é ponto isolado, mas parte de uma constelação de práticas que, ao se tornarem visíveis, passam a ensinar modos de existir.

Ao reconhecer essa articulação, não se pretendeu estabelecer relações causais ou deterministas, mas abrir, no diálogo com educadores e interessados pelo tema, um campo de problematização. Trata-se da tentativa de compreender como, na contemporaneidade, a violência tem sido aprendida por meio de imagens, discursos e afetos que circulam em redes digitais. A pedagogia da violência, nesse sentido, não é exceção, mas parte constitutiva da cultura que habitamos.

ÉTICA, VISIBILIDADE E RESPONSABILIDADE NA PESQUISA EM AMBIENTES DIGITAIS

O maquinário simbólico que atravessa o campo empírico desta pesquisa e ao pesquisador se impõem uma exigência que ultrapassa o domínio técnico-metodológico, convocando-o a um exercício contínuo de vigilância ética diante de um objeto que é, por natureza, sensível, opaco e atravessado por múltiplas camadas de significação. Investigar práticas autolesivas em ambientes digitais implica lidar com enunciados, imagens e interações, e principalmente com formas de sofrimento que se tornam visíveis sob regimes

específicos de exposição. O trabalho analítico da empiria exigiu em um exercício de revisão ética–e cautela na forma como essas narrativas foram mobilizadas, interpretadas e reinscritas no campo acadêmico, evitando que a análise reproduza, sob outra forma, as mesmas lógicas de exposição que a tornam possível.

Com isso, destaca-se ao fim deste artigo, que a investigação atende às determinações da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regula as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conforme estabelecido no parágrafo único, incisos II e III, não são passíveis de avaliação por Comitê de Ética em Pesquisa aquelas investigações que utilizam informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como aquelas que se valem de informações de domínio público (BRASIL, 2016). Tal enquadramento, no entanto, não suspende a dimensão ética da pesquisa, mas a desloca, exigindo que o pesquisador assuma responsabilidade ampliada sobre os modos de uso, interpretação e circulação desses dados.

Adotou-se como princípio fundamental a preservação do anonimato dos perfis analisados, em consonância com as diretrizes da Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e com as orientações da Carta Circular nº 1/2021 – CONEP/SECNS/MS (BRASIL, 2021), que dispõe sobre a condução ética de pesquisas em ambientes virtuais. Os nomes de usuários foram suprimidos, assim como quaisquer elementos que pudessem permitir a identificação direta dos perfis, ainda que se reconheça que, no ambiente digital, a própria noção de identidade se apresenta como instável, fragmentada e, por vezes, performativamente construída.

A metodologia adotada, de caráter documental, baseou-se na coleta e análise de materiais já existentes no espaço público digital, sem qualquer tipo de interação, intervenção ou estímulo às práticas observadas. O pesquisador não estabeleceu contato com os perfis, não participou das

interações e não influenciou a produção dos conteúdos analisados, limitando-se a operar como curador e analista de um conjunto de enunciados já em circulação. Trata-se, portanto, de uma observação não participante, retrospectiva, que preserva a espontaneidade das manifestações e evita interferências nos processos que constituem o fenômeno investigado, mantendo a integridade do campo empírico tal como ele se apresenta.

Ainda assim, reconhecer a natureza pública dos dados não elimina os dilemas éticos implicados na sua utilização. Como argumenta Paula Sibilia (2018), a cultura contemporânea é marcada por uma crescente exteriorização da intimidade, na qual os sujeitos são simultaneamente produtores e produtos de visibilidade. Nesse cenário, a distinção entre público e privado torna-se porosa, instável e permanentemente negociada, exigindo do pesquisador uma atenção redobrada para não reproduzir, sob a forma de análise, dinâmicas de exploração ou espetacularização do sofrimento alheio. O desafio consiste, portanto, em analisar sem reiterar, em tornar visível sem reinscrever a violência, em produzir conhecimento sem capturar novamente aquilo que já se encontra exposto.

Por fim, cabe destacar que, após a coleta e análise do material, e em consonância com discussões realizadas no processo de qualificação da pesquisa, foram realizadas denúncias à plataforma em relação a perfis que permaneciam ativos na disseminação de conteúdos que incentivavam práticas autolesivas. Tal ação alinha-se ao disposto na Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, especialmente no que se refere à vedação da indução ou instigação à automutilação. Essa intervenção, realizada na condição de cidadão, não interfere no corpus já constituído, mas evidencia a impossibilidade de uma neutralidade absoluta diante de um campo atravessado por riscos concretos, nos quais a omissão também se configura

como posição ética. Assim, a ética, nesta pesquisa, não se apresentou apenas como um protocolo externo e mesmo uma etapa formal a ser cumprida, mas como dimensão constitutiva que atravessa desde a escolha do objeto até as formas de sua escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE A INSCRIÇÃO DO CORPO E A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA

Ao longo deste artigo, buscou-se problematizar a autolesão não suicida, situando-a no interior de uma trama mais ampla, na qual corpo, cultura digital, linguagem e poder se entrelaçam de forma complexa e produtiva. Esse deslocamento analítico permitiu compreender que aquilo que, à primeira vista, poderia ser interpretado como manifestação individual de sofrimento, revela-se, quando observado sob a lente dos Estudos Culturais em Educação e da perspectiva pós-estruturalista, como prática situada, atravessada por discursos, dispositivos e pedagogias.

Ao inscrever marcas na pele, o sujeito expressa uma experiência interna, mas no interior da Cultura Digital, participa de um campo de significações no qual o corpo se torna superfície de enunciação. Essa inscrição, compartilhada em uma rede social, não se limita ao gesto, mas se prolonga na imagem, na circulação e na recepção, configurando uma cadeia de produção de sentidos que ultrapassa o indivíduo.

As redes sociais, particularmente a plataforma X, operam como dispositivos centrais nesse processo, por possibilitar a visibilidade das práticas, e por organizarem sua circulação por meio de lógicas algorítmicas que privilegiam intensidade, engajamento e repetição. Nesse ambiente, as enunciações de autolesão assumem caráter pedagógico, ensinando técnicas, nomeando experiências e produzindo critérios de reconhecimento. Os algoritmos das plataformas digitais operam selecionando conteúdos que geram maior

engajamento, o que tende a privilegiar imagens mais impactantes, em consonância com a lógica de modulação algorítmica descrita por Zuboff (2019)

A centralidade do sangue, analisada neste artigo como elemento estético e semiótico, evidencia como a dor pode ser convertida em linguagem visual, operando como marcador de intensidade e autenticidade, revela uma transformação nas formas contemporâneas de significar a dor, articulando-a com regimes de visibilidade que exigem exposição constante. O sangue emerge como elemento central dessa economia simbólica, operando como marcador de visibilidade e reconhecimento em regimes contemporâneos de exposição do corpo (Sibilia, 2016).

Nesse sentido, o sangue pode ser compreendido como linguagem da dor inscrita no corpo, na medida em que o sofrimento não se limita à experiência interior, mas se expressa e se comunica por meio de signos corporais (Le Breton, 2010). Ao operar como signo visível, o sangue insere o corpo em um regime de verdade no qual ver e mostrar tornam-se práticas articuladas à produção de saber e de subjetividade, em termos foucaultianos.

Ao avançar para a noção de pedagogia da violência, foi possível compreender que a autolesão não se encontra isolada, mas integrada a um campo mais amplo no qual a violência circula como linguagem. A repetição de imagens, a intensificação algorítmica e a produção de afetos contribuem para a constituição de um ambiente no qual determinadas práticas se tornam inteligíveis e disponíveis.

Esse conjunto de análises aponta para a necessidade de repensar as formas tradicionais de abordar fenômenos como a autolesão e os ataques às escolas. Intervenções centradas exclusivamente na repressão, no silenciamento ou na patologização tendem a ignorar a complexidade dos processos culturais e discursivos em jogo. Ao invés disso, torna-se fundamental considerar os regimes de visibilidade, as



pedagogias difusas e os dispositivos técnicos que organizam a circulação da violência.

A educação assume um papel estratégico em tal fenômeno, ao produzir deslocamentos críticos que permitam problematizar as formas pelas quais a violência é significada, exibida e aprendida. Isso implica reconhecer que a pedagogia não se restringe à escola, mas atravessa múltiplos espaços, incluindo as redes digitais, e que disputar esses espaços é condição para a construção de outras formas de relação com o corpo, com a dor e com o outro.

Pensar a autolesão não suicida como prática cultural e pedagógica não implica a recusa de sua simplificação. Trata-se de sustentar a complexidade como gesto ético e epistemológico, reconhecendo que é justamente nas zonas onde o discurso vacila que se tornam visíveis os modos contemporâneos de produção do corpo, da dor e da violência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Pedagogias culturais: articulações entre educação e cultura. *Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 31–41, jan./abr. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2019.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta Circular nº 1/2021 – CONEP/SECNS/MS. Orientações para pesquisas em ambientes virtuais.** Brasília, 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 23. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) televisão. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151–162, jan./jun. 2002.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

GIUSTI, Jackeline Suemi. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo.** 2013. Tese (Doutorado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15–46, 1997.

KINCHELOE, Joe; STEINBERG, Shirley. **Repensar o multiculturalismo.** Porto Alegre: Artmed, 1999.



LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINS, Ânderson Barcelos. **Pensar a autolesão não suicida na perspectiva dos estudos culturais em educação: lições sobre o corpo no tempo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276560>. Acesso em: 17 jul. 2026.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. A vida como relato na era do imediatismo digital. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 8–20, 2018.

SILVA, Everton de Lima e. **“Eles irão contar sobre suas vivências com a automutilação a outras automutiladoras”: práticas discursivas em ambientes digitais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde – CID-10. 10. rev. São Paulo: EDUSP, 2008.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Recebido em 29 de maio de 2026.

Aprovado em 18 de julho de 2026.